

ISSN - 3085-5624

Eixo Temático 1 – Produção, Mediação e Gestão da Informação

**PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
a contribuição do pensamento dos regimes de informação para a compreensão da
desordem informacional**

***PERSPECTIVES IN INFORMATION SCIENCE:
the contribution of information regime thinking to understanding informational disorder***

Olga Myllena Diniz Botelho Santana – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ) – *myllena.diniz@gmail.com* –
Orcid: 0009-0005-4547-4626

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo apresenta reflexões teóricas de natureza básica e do tipo exploratória, com delineamento bibliográfico e abordagem qualitativa acerca da contribuição do pensamento sobre os regimes de informação para a compreensão do fenômeno da desordem informacional, impulsionado pela popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação. Para isso, parte do panorama interdisciplinar que fundamentou o surgimento da Ciência da Informação e encontra no paradigma social o pilar para as discussões relacionadas à desinformação. O intuito é jogar luz sobre a informação enquanto ator social, produzido a partir de cargas ideológicas, em regimes hegemônicos, com impactos diretos na construção de diferentes narrativas, capazes de construir e legitimar “verdades”, não necessariamente verossímeis, o que representa uma ameaça às democracias.

Palavras-chave: regime de informação; desordem informacional; Ciência da Informação.

Abstract: *This article presents theoretical reflections of a basic and exploratory nature, with a bibliographical outline and a qualitative approach regarding the contribution of thinking about information regimes to understanding the phenomenon of information disorder, driven by the popularization of Information and Communication Technologies. To this end, it starts from the interdisciplinary panorama that founded the emergence of Information Science and finds the social paradigm as the pillar for discussions related to disinformation. The aim is to shed light on information as a social actor, produced from ideological burdens, in hegemonic regimes, with direct impacts on the construction of different narratives, capable of constructing and legitimizing “truths”, not necessarily credible, which represents a threat to democracies.*

Keywords: *information regime; informational disorder; Information Science.*

1 INTRODUÇÃO

Ainda que o arcabouço teórico acerca da Ciência da Informação (CI) apresente evidências de sua autonomia disciplinar e científica, enquanto corpo do conhecimento, a

questão da informação na contemporaneidade é um desafio interdisciplinar, haja vista que o uso frequente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ampliou o fluxo informacional e permitiu a produção e a disseminação de conteúdo para acesso remoto e simultâneo, como nunca antes na história da Humanidade. Frente à essa realidade, a informação se apresenta como um recurso estratégico, formulado em características de interesses variados.

Diante disso, este ensaio apresenta reflexões teóricas acerca das contribuições do conceito de regime de informação para a compreensão da desordem informacional na contemporaneidade, bem como para fundamentações técnico-científicas para estudos sobre a desinformação – inclusive, no que tange à concepção de intencionalidade do discurso e do seu viés ideológico. Mas, para isso, parte de um breve panorama acerca dos pilares e dos paradigmas da CI, que norteiam a adoção de uma perspectiva social para o pensamento da dinâmica informacional vigente, marcada, sobretudo, pelo fluxo exacerbado de conteúdos disseminados pelos aparatos tecnológicos.

Em *Configurações disciplinares e interdisciplinares da Ciência da Informação*, Pinheiro (2009) possibilita uma reflexão acerca do marco histórico da observação da natureza interdisciplinar da CI, em meados de 1960, a partir daquelas que foram consideradas as primeiras formulações conceituais da área – com destaque para autores como Merta, Mikahilov e Saracevic –, e, posteriormente, na década de 90, com a popularização das TIC, que impulsionaram novas subáreas – entre elas, Bibliotecas Digitais, Mineração de Dados, Inteligência Competitiva e Gestão de Conhecimento. Escopo que, nos anos 2000, ampliou, ainda mais, as modalidades e o alcance – sobretudo, com a evolução das ferramentas de Inteligência Artificial, bem como de produção e propagação de conteúdos de desordem informacional, utilizadas, amplamente, a serviço de projetos políticos.

Esse panorama expõe um desafio evidenciado por González de Gómez (1999): o caráter estratificado do que se considera informação, com suas amplas dimensões – semânticas, sintáticas, institucionais e infraestruturais. Segundo Silva e Gomes (2015), essa diversidade semântica, além de perpassar a complexidade, a variedade de elementos conceituais e as múltiplas ocorrências da informação no cotidiano e no âmbito técnico-científico, também implica subjetividades referenciais das autorias. Em outras palavras, a CI

lida com obstáculos que dificultam assentir uma noção referencial suficientemente equânime, para uma formulação erigida por entendimento rígido e harmônico capaz de sustentar unicidade à ideia de informação, devido à falta de consenso entre os pressupostos teóricos mantidos como seus parâmetros fundamentais.

E, dentro desse espectro, de compreensão conceitual e reverberação da lógica informacional, é pertinente trazer à luz uma pergunta central da obra de Habermas (2014), em *Conhecimento e Interesse*: “Como é possível o conhecimento confiável?” (Habermas, 2014a, p. 27). Essa pergunta torna-se crucial, sobretudo, no contexto contemporâneo, no qual o conceito de informação sugere um sentido de conhecimento comunicado – com destaque para a novidade e a relevância, em um processo de transformação do conhecimento, por meio da seleção e da interpretação, dentro de contextos específicos. E, mais que isso: diante de um panorama configurado pelo surgimento de tecnologias que caracterizam a sociedade da informação, com significativa natureza digital (Capurro; Hjørland, 2007).

De tal modo, esse impacto tecnológico colocou a CI em meio a embates teóricos que, até hoje, causam divergências dentro do campo, com o uso de fundamentações oriundas das ciências naturais, especialmente da Física e da Biologia, para justificar a cientificidade de uma ciência social, com um permanente contraponto entre objetivo e subjetivo. Assim, a Ciência da Informação foi construída a partir de diferentes paradigmas epistemológicos, com abordagens distintas – Físico, Cognitivo e Social.

A forma como cada teoria se desenvolve possui relação direta com a função dada à informação em cada uma delas (Capurro; Hjørland, 2007) – e, do mesmo modo, isso também implica na compreensão de que o termo *informação* corresponde sempre ao que é informativo para cada indivíduo, de acordo com suas bases interpretativas.

O paradigma Físico de Shannon tem como base a Teoria da Informação concebida nos moldes da Engenharia da Comunicação, consolidada após a Segunda Guerra Mundial, com o *boom* dos computadores e do processamento da palavra (González de Gómez, 2009). Esse argumento teórico “é centrado em sistemas informatizados, onde o conceito da informação aproxima-se de um sentido estritamente técnico, uma informação mensurável que não necessariamente abarca significado semântico” (Ramalho *et al.*, 2007, p. 19).

Nesta perspectiva, há uma separação conceitual entre *mensagem* e *informação* (Capurro, 2003). Nela, quanto maior é a seleção, maior é a quantidade de informação e, conseqüentemente, de ruídos e inseguranças por parte do receptor. Aqui, o conteúdo informacional é quantificado e processado. Essa mesma abordagem alicerça as reflexões de Buckland (1991) acerca da informação como *processo* (ato de informar), *conhecimento* (comunicado) e *coisa* (objetos, dados e documentos).

No entanto, essa perspectiva torna-se insuficiente para um pensamento aprofundado acerca do fenômeno informacional, enquanto agente preponderante à construção social – especialmente, quando se objetiva analisar a questão da desinformação. Sobretudo, porque não diz respeito à comunicação de uma mensagem significativa, mas da reprodução de um processo de seleção, assim como refere-se à informação sincrônica (Capurro; Hjørland, 2007) – ou seja, exclui antecedentes históricos, contextos e interpretações.

González de Gómez (2009) situa o paradigma Cognitivo como o contraponto crítico da fisicalidade. Nele, a atenção está direcionada ao conhecimento do indivíduo, a partir do processamento da informação. Aqui, os teóricos “[...] encontrarão sustentação às enunciações acerca da intangibilidade da informação, ao deslocar o objeto dos estudos da recuperação de informação, de uma ênfase nas fontes de informação e nos sistemas, em direção aos usuários” (González de Gómez, 2009, p. 118). Ou seja, leva em consideração não somente o sistema, mas a satisfação das necessidades e de sua percepção pelo usuário (Ramalho *et al.*, 2007).

Portanto, nesta abordagem, a informação não é compreendida como uma entidade transmitida entre emissor e receptor, haja vista que parte do significado, da interpretação, e possibilita mudanças cognitivas. Isso revela a imaterialidade da informação, sua intangibilidade, que vai de encontro ao digital (González de Gómez, 2009).

Assim, “a informação conduz, direciona e aponta caminhos antes nunca percorridos para quem passa a usá-la, além de ser o ponto de partida para dar início ao processo cognitivo, que produz significado por meio de aprendizagem, para se adquirir conhecimento” (Ferreira; Pinho Neto, 2018, p. 4). Nessa perspectiva, quando assimilada, a informação atua como produtora do conhecimento e, dessa forma, propicia transformações no repertório do indivíduo, com repercussões e reformulações.

No entanto, a abordagem também sofre críticas, sobretudo, no que tange ao reducionismo de uma possível analogia ao processamento de informação pelos computadores. Nota-se que:

Tal reducionismo contrasta com as compreensões hermenêuticas e históricas nas quais a percepção também é informada por fatores culturais e a informação é definida ou processada de acordo com mecanismos do cérebro, mas por critérios e mecanismos desenvolvidos historicamente (Capurro; Hjørland, 2007, p. 168).

Já no paradigma Social, a informação é compreendida como fenômeno social coletivo, por meio do qual o conhecimento resulta da interação do indivíduo com o meio (Ramalho et al., 2007). E, pensá-lo dessa forma, possibilita compreender, também, que “os processos de conhecimento, ligados de modo imprescindível à socialização, não servem apenas como meio de reprodução da vida: eles determinam, na mesma medida, as definições mesmas da vida” (Habermas, 2014b, p. 193).

Desse modo, é importante considerar, também, as implicações decorrentes dessa construção do próprio conhecimento. Segundo Habermas (2014), há três categorias para o saber possível: “informações que ampliam nosso poder de disponibilidade técnica; interpretações que permitem a orientação da ação sob tradições compartilhadas; e análises que libertam a consciência da dependência de poderes hipostasiados” (Habermas, 2014b, p. 194).

Por isso, neste ensaio, toma-se em conta a informação como ator social, como proposto por González de Gómez (1999). Ou seja, joga luz sobre o paradoxo da dinâmica informacional contemporânea, no qual “[...] espera-se e demanda-se a autonomia informacional dos sujeitos sociais, como sujeitos cognitivos, éticos e políticos, mas, ao mesmo tempo, se desenvolvem regimes de informação de tendências monopolistas e hegemônicas” (González de Gómez, 1999, p. 2).

Nesse sentido, a construção do valor informacional parte das experiências, das redes de interações e dos sistemas de armazenamento inseridos em um contexto hegemônico – que nos permite analisar quem está por trás da produção e da disseminação da (des)informação; a quem interessa a manipulação e a deturpação informacional; e quais interesses políticos estão em jogo.

2 CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DOS REGIMES DE INFORMAÇÃO PARA A COMPREENSÃO DA DESORDEM INFORMACIONAL

A perspectiva social propõe um olhar para a informação construída (Ramalho *et al.*, 2007). Essa lógica compreende o fenômeno do regime de informação, pensado, inicialmente, por Frohmann, entre 1994 e 1995, e Braman, em 2004, por meio do qual a política de informação é analisada a partir das relações entre diferentes atores, práticas e ferramentas (Magnani; Pinheiro, 2011). Sobretudo, ao considerar as transformações registradas no fluxo informacional nas últimas décadas, cujos impactos foram radicais e irreversíveis na dinâmica socioeconômica mundial, com repercussões nas próprias estruturas democráticas.

Isso porque o regime de informação trata-se de um conceito responsável por designar:

[...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (González de Gómez, 2002, p. 34).

Por meio dele, é possível compreender o conjunto de normas, práticas, políticas e estruturas que influenciam a produção, a organização, a disseminação e o uso da informação, seja por uma sociedade, instituição ou contexto específico. Conforme González de Gómez (2002, p. 34), sua conceituação constitui, portanto, “um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações”.

Assim, trata-se de uma abordagem teórica que busca compreender como a informação é gerada, compartilhada, controlada e utilizada dentro de sistemas sociais e culturais mais amplos. Neste cenário, o conteúdo informacional não é um recurso neutro ou objetivo, mas moldado e influenciado por uma série de elementos contextuais – entre eles, políticas governamentais, práticas e estruturas organizacionais, tecnologias, cultura e

dinâmicas sociais. De tal modo, esse conjunto de padrões torna-se responsável por governar o modo como a informação é produzida, disseminada e acessada.

E mais: olha para a informação a partir dos diferentes elementos que interagem e influenciam em seu fluxo e controle, o que possibilita uma análise mais profunda de questões relacionadas à governança da informação, às políticas públicas, ao acesso e à ética da informação. Inclusive, porque, como proposto por Frohmann (1995), o regime de informação compreende as estruturas de poder, o controle e a regulação responsáveis por moldar a produção, a disseminação e o uso da informação na sociedade.

Aqui, há uma preocupação com as relações de poder, por meio das quais diferentes atores determinam políticas e práticas informacionais – que, muitas vezes, corroboram com as desigualdades já existentes. Portanto, tais regimes estão dotados de ideologias e valores dominantes, com interferência direta na relevância e no significado da informação, dentro de contextos específicos. E, por consequência, reforçam estigmas, desigualdades, abusos, intolerâncias, alienações e relações de dominação.

Nesse sentido, Frohmann (1995) argumenta que uma análise crítica dos regimes de informação é imprescindível para a compreensão e a contestação das estruturas de poder, do controle e da regulação da prática informacional. Assim, não cabe pensar apenas a respeito do conteúdo da informação disseminada, mas em quem o produziu e a serviço de quais interesses.

Na contemporaneidade, essa preocupação torna-se ainda mais relevante, haja vista o uso estratégico da informação – ou da sua desordem – para a construção de discursos políticos que acentuam cenários de polarização e para a consolidação de narrativas antidemocráticas. Isso porque, assim como o conteúdo informacional, o discurso – por meio do qual o primeiro ganha valor semântico – manifesta os sentidos e o repertório do enunciador, enquanto ator socio-histórico. Nele, observa-se que:

Quem diz, sempre o faz a partir de um lugar e uma intenção. Neste sentido, é importante que se tenha em mente a historicidade do discurso, a sua acomodação às diversas situações para se estabelecer, através dele, como ato impositivo, ato de verdade e de, quase sempre, ato de força (Stolz, 2008, p. 160).

Ou seja, a natureza discursiva é, sobretudo, ideológica – pautada não só em quem a produz e profere, mas, também, no seu receptor. No entanto, marcado por uma cultura neoliberal conservadora,

o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como ‘normalidade’, ‘objetividade’ e ‘imparcialidade’ (Mészáros, 2004, p. 57).

Com isso, manifesta-se como “representação invertida da realidade, que, ao ocultar seus condicionamentos materiais, apresenta as representações da consciência como princípios explicativos verídicos e definitivos” (Crocco, 2009, p. 1-2).

Uma vez que são socialmente estabelecidos, os sistemas ideológicos têm intencionalidades muito bem determinadas. Conforme discorre Mészáros (2004, p. 65): “Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”.

Assim, entender o regime de informação é entender, também, a quem interessa o conteúdo informacional propagado. Não à toa, tais estruturas também ganham destaque em estudos marxianos, como o de Bezerra (2023), que reflete sobre as contradições por trás da dinâmica imposta pelas forças dominantes de produção, circulação e consumo de informação, na contemporaneidade, com a expansão das redes digitais. Sobre isso, o autor destaca:

Dentre essas contradições, temos a conexão ampliada que estimula o isolamento individual; a rede social que fragmenta a esfera pública; a inteligência artificial que hipertrofia a estupidez humana; o aprendizado de máquinas que promove a ignorância de pessoas; a memória computacional que forja a amnésia cerebral; a aceleração tecnológica que resulta em indivíduos sem tempo livre; a flexibilização do trabalho que esgota trabalhadores e trabalhadoras; a pluralidade discursiva que dá aso à opressão de minorias; o incremento do acesso à informação que é eclipsado pelo obscurantismo negacionista; a sociedade da hiperinformação que inaugura a era da desinformação (Bezerra, 2023, p. 2).

Nessa perspectiva, Bezerra (2023) joga luz sobre o novo regime de informação do século XXI, que, imerso no cenário digital, reproduz antigas relações sociais do modo de produção capitalista. Conforme o autor, dentro desse cenário, novos produtos, serviços, mediações e classificação de informações são produzidos, assim como os processos de produção, circulação e consumo sofrem modificações, por meio de disrupções tecnológicas

– sempre pautadas em interesses socioeconômicos, liderados por grandes empresas, como no caso das big techs.

Ainda por estar embasado pela filosofia marxiana, Bezerra (2023) propõe que as redes de informação são marcadas por processos agonísticos e difíceis estabilizações, que “[...] remetem a conflito e movimento, o que indica que regimes de informação não são nem estáveis e nem a-históricos, ou seja, movem-se no tempo e no espaço, sob condições determinadas por disputas entre grupos sociais” (Bezerra, 2023, p. 3). Aqui, o autor faz uma referência à luta de classes, mas os conflitos existentes dentro dos regimes de informação também são marcados por embates políticos e ideológicos que revestem a desordem informativa contemporânea, para a construção de diferentes narrativas.

Sobretudo, pelo fato de que, a relação entre política e informação não possibilita um valor ou uma significação posterior à formulação do conteúdo informacional, uma vez que “enquanto ‘informação’ implique seletividade e escolha, a ‘politicidade’ estaria presente no âmago da emergência de conteúdos, ações, tecnologias, produtos e serviços de informação” (González de Gómez, 1999, p. 4). Portanto, pensar a unidade informacional exige, antes de tudo, a compreensão acerca das ações e dos agentes que a produzem e organizam, já que é de onde partem as referências discursivas.

Então, analisar a construção e a produção da informação faz emergir, também, a necessidade pelo entendimento da sua desordem. Isso porque *informação* e *desinformação* não são elementos efetivamente distintos, haja vista que a desinformação atua como “informação falsa, enganosa e/ou imprecisa, que pode ser criada propositalmente com prejuízo a alguém ou erroneamente” (Moura; Furtado; Belluzzo, 2019, p. 38). Esses autores tomam como parâmetro três questões: o excesso de dados, responsável por uma ansiedade informacional; a incapacidade biológica do ser humano de reter e analisar todos os vieses da informação; e o fato de que toda informação contém carga ideológica (Santana; Prado, 2023).

Não à toa, Wardle e Derakhshan (2017), categorizam a desordem informacional em três instâncias – *mis-information*, *mal-information* e *dis-information*:

Mis-information é quando informações falsas são compartilhadas, sem intenção de causar danos; *dis-information* é quando informações falsas são conscientemente compartilhadas para causar danos; e *mal-information* ocorre quando informações genuínas são

compartilhadas para causar danos, muitas vezes movendo informações projetadas para permanecer privadas na esfera pública (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 5, *tradução nossa*).

Nota-se, aqui, uma distinção acerca da intencionalidade. Contudo, evidencia-se não só o desafio de mensuração da intencionalidade do interlocutor e/ou do produtor da informação, mas o fato de que tal intencionalidade pode se manifestar de diferentes formas, explícita e implicitamente (Santana; Prado, 2023). Principalmente na atual conjuntura, marcada pela crescente mimetização da verdade, visto que “a desinformação se configura hoje como dinâmica de produção, circulação e validação de pseudocertezas, isto é, de informações que tendem a se aproximar de uma suposta verdade (correspondência com o fato, o acontecido), quando, com efeito, são mensagens distorcidas” (Salgado; Mattos, 2021, p. 46).

Além disso, segundo Moura, Furtado e Belluzzo (2019), a desinformação reflete o predomínio da pós-verdade, em um nível que dificulta a comprovação da veracidade dos fatos. De tal forma, o panorama atual é composto por uma “dobradinha” entre *pós-verdade* e *desinformação*, sendo a Era da *pós-verdade* demarcada pelo crescimento exponencial do fenômeno da *desinformação*. Essa conjuntura demonstra um prejuízo à razão em detrimento de discursos e comportamentos fundamentados em crenças, corroborados por preconceitos e ideias preestabelecidas. Mais que isso: como alerta Araújo (2020), esse cenário traz desdobramentos e implicações com impactos na democracia e na tolerância, repercutindo em diversas questões de ordem social, como populismo, autoritarismo e discurso de ódio.

3 CONCLUSÃO

A constatação da permanência e da consolidação de regimes de informação pautados nos interesses hegemônicos e nas relações de poder, marcados por intencionalidades e cargas ideológicas, evidencia a perpetuação de estratégias discursivas e informacionais excludentes, com potencial utilização a serviço de projetos políticos antidemocráticos e autoritários – a exemplo da necropolítica e do negacionismo, que ganharam protagonismo durante a pandemia da Covid-19, nos últimos anos.

Por isso, o pensar e o fazer da Ciência da Informação devem estar em constante alerta às relações conflituosas existentes nos regimes vigentes, uma vez que eles configuram a manifestação de ideologias e posições sociopolíticas capazes de construir narrativas, bem como produzir “verdades” e legitimar discursos, ainda que não verossímeis.

Enquanto a desordem informacional atua, intencional e estrategicamente, para enganar e manipular os indivíduos, de forma, cada vez mais, especializada, cabe aos profissionais e pesquisadores da CI denunciarem a deturpação daquela que é a matéria-prima do conhecimento: a informação. Principalmente, diante de uma conjuntura na qual as ideologias corroboram com a estruturação de práticas, comportamentos e manifestações com implicações e ameaças diretas às democracias.

Portanto, essas reflexões possibilitam ampliar o espectro das pesquisas na área e iniciar uma série de estudos voltados à investigação da (des)informação e da ideologia como possíveis Determinantes Sociais de Saúde, em regimes de informação situados em contextos de crise e polarização política. Por meio desses esforços, busca-se contribuir com o enfrentamento dos desafios impostos pela proliferação deliberada de mentiras, discursos de ódio, intolerâncias e preconceitos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 25, p. 1-17, jan./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e72673/43144>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BEZERRA, A. C. Regime de informação e lutas de classes. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 10, p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/17074/11312>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **JASIS: Journal of the American Society for Information Science**, Hoboken, v. 45, n. 5, p. 351-360, Jun. 1991.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O Conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte:

PPGCI/UFMG, 2003. Disponível em http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 20 jun. 2024.

CROCCO, F. L. T. Indústria cultural: ideologia, consumo e semiformação. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão (SE), v. 11, n. 1, [n. p.], jan./abr. 2009.

FERREIRA, T. E. L. R.; PINHO NETO, J. A. S. Na contramão da informação preventiva: desinformação sobre prevenção de HIV/Aids. **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 3, p. 3-13, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/41364/21434>. Acesso em: 25 abr. 2024.

FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, [Edmonton]. **Proceedings** [...]. [Edmonton]: CAIS/ACSI, 1995. p. 19-28. Tema: Connectedness: Information, Systems, People, Organizations. Disponível em: https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory. Acesso em: 25 abr. 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, p. 01-21, 2009. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/116/1/GonzalezGomezTendencias2009.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.1, p. 27-40, 2002. Disponível em: <http://www.ibict.br/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v. 5, n. 2, 1999, p. 7-31.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. São Paulo: Editora Unesp, 2014a.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. São Paulo: Editora Unesp, 2014b.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. “regime” e “informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na ciência da informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 593-610, set., 2011.

MÉSZAROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOURA, A. R. P.; FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B. Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na arquivologia. **Ciência da Informação em Revista**,

Maceió, v. 6, n. 1, p. 37-57, jan./abr., 2019.

<https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/7063/5878>. Acesso em: 25 abr. 2024.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Configurações disciplinares e interdisciplinares da Ciência da Informação no ensino e pesquisa no Brasil. In: BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz (Orgs.). **A Ciência da Informação criadora de conhecimento**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, University Press, 2009. p. 99-111.

RAMALHO, R. A. S.; et al. Paradigmas contemporâneos da ciência da informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 6, n. 1, p. 16-27, jan./jun., 2007. Disponível em:
<https://cip.brapci.inf.br/download/144585>. . Acesso em: 25 abr. 2024.

SALGADO, T.; MATTOS, M. A. Da informação à desinformação: conceitos e abordagens das teorias acerca da comunicação. In: ALZAMORA, G.; MENDES, C. M.; RIBEIRO, D. M. (org.). **Sociedade da desinformação e infodemia**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2021. Cap. 2, p. 39-62. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/wp-content/uploads/2021/10/Sociedade-da-desinformacao-e-infodemia-Selo-PPGCOM-UFMG.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

SANCHEZ, F. A. et al. Intencionalidade e mediação da informação no contexto dos ambientes informacionais digitais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, e-111998, abr./jun., 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/111998/65435>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SANTANA, O. M. D. B.; PRADO, M. A. R. do. Desordem Informacional: suas contribuições para o fenômeno da infodemia no contexto da Covid-19. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, 5., 2023, Maceió. **Anais [...]** Maceió: PPGCI/UFAL, 2023. Disponível em: <https://observinter.al.org.br/index.php/siti/article/view/98/106>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SILVA, J. L. C.; GOMES, H. F. Conceitos de informação na ciência da informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 145-157, jan./abr., 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/145/13200>. Acesso em: 15 jul. 2024.

STOLZ, S. A ordem do discurso e suas relações com o poder: vertigem e quebra de certezas. **JURIS: Revista da Faculdade de Direito**, Rio Grande, v. 13, n. 1, p. 159-176, jan./dez., 2008.

WARDLE, C.; DERAKSHAN, H. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. Estrasburgo: Council of Europe, 2017.